

Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS)

Sónia Martins* / Carla Machado* / Rui Abrunhosa* / Celina Manita**

*Escola de Psicologia, Universidade do Minho; **Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

A incorporação e partilha das concepções culturais dominantes acerca da sexualidade, da violência, da violação e de outras formas de violência sexual têm consequências tanto para a vida dos indivíduos como para a vida em sociedade. Atitudes sexistas e crenças legitimadoras da violação têm consistentemente sido associadas com uma maior probabilidade de agressão e violência sexual. As atitudes face à violência sexual parecem também estar associadas com os papéis tradicionais de género, sobretudo os que se prendem directamente com o comportamento sexual. A ECVS mede o grau de tolerância/aceitação do sujeito quanto ao uso de violência desta natureza. Quanto mais elevada for a pontuação total da escala, mais elevado será o grau de tolerância/aceitação do sujeito quanto ao uso de violência sexual. A ECVS foi administrada a uma amostra nacional de 1000 estudantes universitários, analisando-se as suas características psicométricas. A análise factorial de componentes principais (com rotação *varimax*) permitiu obter cinco factores. A consistência interna da escala, obtida através do coeficiente *alpha de cronbach*, é de 0.91. Discutem-se as implicações dos resultados obtidos, quer em termos da análise da capacidade da ECVS para detectar atitudes e crenças associadas com a violência sexual, quer em termos da análise do seu contributo na construção e implementação de programas de intervenção e prevenção.

Palavras-chave: Atitudes, Crenças, Mitos sobre violação, Violência sexual.

INTRODUÇÃO

A ECVS mede o grau de tolerância/aceitação do sujeito quanto ao uso de violência de natureza sexual. A necessidade de construção da escala foi sentida a partir da constatação da inexistência de instrumentos aferidos para a população portuguesa neste domínio e insere-se num projecto mais vasto de investigação (incorporado no projecto “Violência nas Relações Juvenis de Intimidade” – PTDC/PSI/65852/2006, financiado pela FCT e coordenado pela Professora Doutora Carla Machado) que, globalmente, pretende: (a) disponibilizar instrumentos de investigação, adaptados para a população portuguesa, no domínio da violência sexual; (b) recolher dados sobre a prevalência e incidência dos diferentes tipos de violência sexual (i.e., contactos sexuais indesejados, coerção sexual, tentativa de violação e violação) junto de jovens adultos, estudantes universitários, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos de idade, tanto ao nível da vitimação quer como da perpetração; (c) conhecer o posicionamento destes jovens face a estas formas de violência (procurando identificar o grau de tolerância/legitimação em relação a estes

Este texto foi elaborado no âmbito do Projecto “Violência nas Relações Juvenis de Intimidade” financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/PSI/65852/2006), coordenado por Carla Machado.

A correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para: Sónia Martins, Centro de Investigação e Clínica Forense (CICLIF), Porto. E-mail: scostamartins@gmail.com

comportamentos e as crenças específicas que concorrem para a sua legitimação); (d) analisar a relação entre atitudes e comportamentos abusivos e identificar factores sociodemográficos e formativos associados às crenças e comportamentos sexualmente abusivos; (e) explorar eventuais factores preditores das atitudes legitimadoras da violência sexual e dos comportamentos sexualmente abusivos; e, (f) reflectir sobre o uso de diferentes metodologias e diferentes *designs* de investigação. De mencionar, também, que a elaboração da escala percorreu várias etapas (tal como explicitaremos mais em baixo), tendo sempre como alvo estudantes universitários.

HISTÓRIA

Trata-se de uma escala que foi construída elaborada a partir da “Escala de Crenças sobre a Violação (ECV)” (Matos, Machado, & Gonçalves, no prelo). Esta última é constituída por 29 itens, construídos a partir da observação clínica de vítimas de violação, da revisão da literatura sobre mitos e crenças culturais em relação à violência sexual, da observação clínica de violadores e do que é veiculado na literatura a respeito das estratégias cognitivas de legitimação do comportamento sexualmente abusivo.

Os itens estão construídos segundo a concepção de que as vítimas serão do género feminino e os seus perpetradores do género masculino. Os 29 itens da escala correlacionam-se fortemente com o seu total (as correlações variam entre um mínimo de .41 e um máximo de .76). A consistência interna da ECV, obtida através do coeficiente *alpha* de Cronbach, é de .93. A análise factorial de componentes principais (rotação varimax) permitiu obter três factores que, no seu conjunto, explicam 53.5% da variância da escala. O primeiro factor [“legitimação da violência pelo consentimento feminino”] explica 43.8%, o segundo [“legitimação da violência através do comportamento sexual prévio da mulher”] explica 5.2% e, o terceiro [“legitimação da violação pela normalidade do ofensor”] explica 4.5% da variância.

Face ao exposto, importa mencionar que a construção e adaptação da ECVS passou por diferentes etapas, nomeadamente: (a) adaptação dos itens da ECV de forma a comportar uma linguagem não *genderizada* (de modo a que ambos os géneros possam ser conceptualizados como potenciais vítimas e/ou agressores), assim como um *continuum* de comportamentos sexualmente violentos (e não apenas a violação); (b) reflexão falada dos itens, junto de um grupo de 15 jovens universitários com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos de idade, da Universidade do Minho, e junto da equipa de investigação (cerca de 10 colegas investigadores), de modo a analisar o modo como a formulação dos itens era interpretado, nomeadamente as dificuldades ou ambiguidades apresentadas pelos mesmos. Esta fase conduziu à alteração na forma de apresentação ou formulação de alguns itens. No final, a escala ficou com trinta itens; (c) primeiro estudo das qualidades psicométricas da escala, com uma amostra de conveniência, composta por 700 estudantes do ensino superior, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos de idade, da região Norte do país; e, (d) um novo estudo, conduzido com a versão definitiva da escala, administrada a uma amostra representativa (quanto ao género, área de formação e região de Portugal Continental), constituída por 1000 estudantes do ensino superior, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos de idade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os comportamentos sexuais, à semelhança do que acontece com os restantes comportamentos humanos, são constrangidos pelas normas sociais e culturais dominantes, que impõem determinados

padrões de comportamento sexual, sendo o género apontado como o principal factor de discriminação do que constitui um comportamento aceitável/não aceitável (Freese, Moya, & Megías, 2004).

Desde os anos 70, em particular a partir dos primeiros estudos de Brownmillher (1975) sobre o tema, várias investigações têm procurado compreender como é que as atitudes de género (e.g., Burt, 1980; Ong & Ward, 1999; Ryckman, Kaczor, & Thornton, 1992) e/ou mitos de aceitação da violência sexual contribuem para esta forma de violência e se relacionam com as reacções à mesma. Apesar de diferentes estudos conduzidos recentemente começarem a documentar que, na generalidade, os participantes tendem a discordar com a afirmação expressa de mitos sobre a violência sexual (e.g., Brady, Chrisler, Hosdale, OsoWiecki, & Veal, 1991; Carmody & Washington, 2001; Golge, Yavuz, Muderrisoglu, & Yavuz, 2003; Hinck & Thomas, 1999; McDonald & Kline, 2004; Vrij & Kirby, 2002), ainda se continuam a registar algumas crenças legitimadoras desta forma de violência, nomeadamente as de que: (a) relativamente às mulheres, estas acusam injustamente os homens de violação; a violação não é prejudicial; aquelas gostam da ou desejam a violação e provocam a agressão ou merecem ser violadas, devido ao seu comportamento inapropriado ou de “risco”; e, que raramente são perpetradoras desta violência contra os homens; e, (b) relativamente aos homens, estes não podem ser, ou raramente são, vítimas de agressão sexual; que estas agressões só acontecem em prisões e são cometidas por violadores homossexuais.

Neste sentido, e como referem Freese e colaboradores (2004), perceber as atitudes face à violência sexual permite-nos perceber como é que as pessoas reagem e se comportam face às vítimas e aos agressores. Tal facto é de extrema relevância na medida em que estas atitudes podem ser sustentadas quer por perpetradores quer por vítimas e são, frequentemente, pautadas pela culpabilização da vítima, minimização do impacto psicológico do crime e justificação do comportamento do agressor. Estas atitudes e crenças influenciam quer a manifestação e tolerância da violência sexual (Proite, Donnell, & Benton, 1993), quer a adesão aos estereótipos sexuais tradicionais de masculinidade e feminilidade (Zweing, Barber, & Eccles, 1997).

Por exemplo, a probabilidade de usar a força num encontro sexual tem aparecido positivamente associada a sentimentos de hostilidade face às mulheres, à aceitação de mitos de violência sexual e à crença de que a mulher deseja ou merece ser violada (Feltey, Ainslie, & Geib, 1991). De modo semelhante, outros estudos têm documentado que, quando os homens são socializados de modo a serem dominantes e agressivos, tendem a guiar-se por uma “cultura da hipermasculinidade”, com o suporte de pares que fomentam a agressão sexual e legitimam mitos e crenças sexuais agressivos (Roze & Koss, 2001).

Por sua vez, os estudos conduzidos com o intuito de compreender as atribuições para os diferentes tipos de agressão sexual têm concluído que os indivíduos consideram a agressão sexual cometida por um estranho como um crime mais sério e mais traumatizante (física e psicologicamente) para a vítima do que a agressão, mesmo que com características muito semelhantes, cometida por um conhecido (e.g., Bell, Kuriloff, & Lottes, 1994; Bridges, 1991; Perry, McLondon, & Foley, 1994; Szymanski, Devlin, Chrisler, & Vyse, 1993). O mesmo se verifica nos estudos que procuram comparar atitudes relativamente à violação por um estranho e à violação marital (e.g., Monson, Byrd, & Langhinrichsen-Rohling, 1996; Sullivan & Mosher, 1990).

Em todas estas investigações se constatou que as mulheres tendem a avaliar a violação mais severamente do que os homens (Bell et al., 1994; Bridges, 1991; Monson et al., 1996; Szymanski et al., 1993). Porém, quando se compara a violação por um conhecido ou namorado com a violação perpetrada por um desconhecido, quer os homens quer as mulheres tendem a perceber a primeira como mais atribuível às características da vítima do que a segunda (Monson, Langhinrichsen-Rohling, & Biderup, 2000).

Importa ainda reflectir sobre os estudos que procuraram perceber o tipo de informação que as pessoas tendem a considerar na formulação de julgamentos atribucionais face à violação. Krahe (1991), por exemplo, registou como variáveis frequentemente consideradas: “o grau de resistência da vítima, o consumo de álcool ou existência de lesões físicas, a ameaça ou uso de uma arma por parte do violador e as circunstâncias em que a violação ocorreu (incluindo a hora do dia e o local da agressão)” (p. 227). Outros estudos sustentam que factores como a ausência ou presença de resistência por parte da vítima (Ong et al., 1999) ou as relações entre a vítima e o perpetrador (Bell et al., 1994; Monson et al., 1996) podem influenciar estas atitudes, sendo que a probabilidade de a vítima ser responsabilizada pela sua vitimação é elevada quando ela é conhecida do violador (Bell et al., 1994; Bridges & Mcgrail, 1989).

Uma revisão mais aprofundada destes trabalhos permite concluir que, relativamente aos estudos que se centraram na violação das mulheres, sobretudo nos mais antigos, as pessoas tendem a acreditar no “clássico” estereótipo da violação perpetrada por um estranho (e.g., Estrich, 1987; Ryan, 1988). O facto é que, mesmo na actualidade, quando é pedido às pessoas para descreverem o que entendem por uma “típica violação” (“credível”, “genuína”, “real”), estas tendem a descrever um acontecimento que ocorre na rua, à noite, em que as vítimas estão sozinhas e desprotegidas e, subitamente, são atacadas por um estranho. É curioso notar que, relativamente à vítima, factores como esta vestir roupa “provocante”, conhecer o agressor, estar alcoolizada e ter passado tempo com aquele no momento que precedeu a agressão e, no caso do agressor, factores como este usar arma e recorrer a actos agressivos para tentar consumir a violação, tendem a não ser imediatamente mencionados (Anderson, 2007).

Não menos relevante é a conclusão de que este estereótipo da “real” violação, associada à perpetração por um estranho, também está presente no discurso de vários profissionais, entre os quais médicos, polícias, advogados e juizes (Du Mont, Miller, & Myhr, 2003; Ferreira, 2004; Kassing & Prieto, 2003). Existem mesmo evidências de que estes discursos se imiscuem na avaliação que estes profissionais fazem dos casos de violação, traduzindo-se na classificação que fazem dos mesmos como “fortes” e “fracos” (Estrich, 1987; Larcombe, 2002). Mais especificamente, um caso “forte”, percebido como uma situação em que a probabilidade de se conseguir uma condenação é significativa, é um caso cujas características se aproximam do estereótipo da “real violação”.

Alguns autores (e.g., Wood & Rennie, 1994) alertam para o facto de que esta tendência é também, frequentemente, observada nas próprias vítimas. Por outras palavras, as vítimas raramente definem um episódio sexual como abusivo se o mesmo não se aproximar dessa percepção estereotipada do que é uma “verdadeira violação” – o que, obviamente, conduz a baixas taxas de denúncia (Estrich, 1987). Contudo, mais recentemente, outros autores (e.g., Gavey, 2005), sugerem que estamos a assistir a uma mudança nas crenças públicas em torno do estereótipo da violação. Esta mudança paulatina tem sido associada a um conjunto de factores, entre os quais se encontram a erosão do suporte cultural para os mitos de violação e para as atitudes tradicionais face aos papéis sexuais (Orcutt & Faison, 1988), a crescente discussão nos *media* sobre as violações cometidas no contexto das relações de intimidade (Gavey, 2005), e uma maior ênfase na denúncia e discussão dos mitos de violação nos jornais e nas revistas (Verberg, Desmarais, Wood, & Senn, 2000). Esta modificação estará mesmo a conduzir, na óptica de alguns investigadores, a uma relação estatisticamente significativa entre a diminuição de crenças e mitos sobre a violação e o incremento de denúncias de violações cometidas por agressores conhecidos das vítimas (Hinck & Thomas 1999).

Um estudo internacional recente (Krahn, 2004) parece ser demonstrativo desta mudança, na medida em que, quando foi pedido às participantes para descreverem uma experiência sexual coerciva recente, se verificou que relatavam, frequentemente, uma violação perpetrada por um namorado ou conhecido. Além disso, quando se questionou se essas situações correspondiam a uma “verdadeira” violação, a maioria concordou, apenas discordando quanto ao facto de o sexo oral ou “digital” constituírem violação – o que mostra que muitas outras mudanças cognitivas precisam ainda de ocorrer.

A verdade é que um número considerável de mulheres é alvo de violência sexual em circunstâncias diferentes das que são contempladas neste estereótipo (e.g., Lonsway & Fitzgerald, 1994). Como refere Estrich (1987), a “verdadeira violação” (isto é, a mais frequente) acontece entre duas pessoas que se conhecem e em que o agressor não bate na vítima nem a ameaça com uma arma.

Já quando se analisam os estudos em torno da violência sexual cometida contra homens adultos, verifica-se que esta só muito recentemente tem ganho terreno na investigação, nomeadamente no campo da psicologia social (Anderson, 1999; Anderson, Beatti & Spencer, 2001; Isely & Gehrenseck-Shim, 1997). Além disso, verifica-se, à semelhança do que se regista no caso das vítimas mulheres, que existe uma subrepresentação desta realidade nas estatísticas oficiais (Anderson, 2007). Entre as principais razões evocadas para a não denúncia encontra-se o medo dos homens vítimas de serem desacreditados, culpabilizados ou questionados quanto à sua orientação sexual (Scarce, 1997).

A literatura documenta, ainda, que a ignorância e a descrença face ao fenómeno da agressão sexual dos homens têm contribuído para a perpetuação de vários mitos em torno desta problemática. Mais especificamente, estudos realizados com o objectivo de perceber as concepções dos participantes relativamente à violação dos homens (e.g., Struckman-Johnson & Struckman-Johnson, 1992), identificaram diversas percepções estereotipadas, como, por exemplo, que “os homens adultos só podem ser violados na prisão”, “os homens que são violados são homossexuais”, “os homens são demasiado fortes para serem violados”. Outras ideias comuns são as de que, para ser uma “verdadeira vítima”, o homem tem de ser mais pequeno que o seu agressor, que nestas situações o violador e/ou a vítima são homossexuais, e que a vítima deverá sentir culpa pela agressão sexual de que foi alvo (Anderson, 2007; Struckman-Johnson & Struckman-Johnson, 1992). O estado da arte leva-nos, portanto, a concordar com autores como Donnelly e Kenyon (1996), quando referem que o conhecimento em torno da violação cometida contra homens se encontra no mesmo estádio em que o saber sobre a violação das mulheres se encontrava há vários anos atrás, apesar de existir um longo caminho a percorrer ainda, também nesta última área.

O que parece indiscutível e consensual é o facto de o género dos participantes afectar as suas percepções do que constitui uma “típica violação das mulheres” e uma “típica violação dos homens”. Mais concretamente, os estudos revelam que os homens concordam mais com mitos sobre a violação do que as mulheres (Brady et al., 1991; Davies, Pollard, & Archer, 2001; Geiger, Fisher, & Eshet, 2004; Hinck & Thomas, 1999), culpam mais as vítimas (White & Kurpius, 2002) e sustentam atitudes menos tolerantes face às mesmas (Jiminez & Abreu, 2003; Nagel, Matsuo, McIntyre, & Morrison, 2005; William & Pollard, 2003). Autores como Doherty e Anderson (1998) concluem que tal realidade decorre “da natureza altamente *genderizada* da violação e das expectativas culturais que norteiam as relações sexuais e suas transgressões” (p. 229).

O que é interessante notar é que esta menor identificação também se estende à violação dos homens (Anderson, 2007). Por outras palavras, a investigação evidencia que os homens culpam mais as vítimas homens do que as mulheres (Mitchell, Hirshman, & Hall, 1999), concordam mais com os mitos sobre a violação masculina (Struckman-Johnson & Struckman-Johnson, 1999) e são mais homofóbicos (Anderson, 2004; Burt & DeMello, 2002). Quanto a este último aspecto, algumas investigações (e.g., Anderson & Doherty, 2004; Davies, 2002; Davies & McCartney, 2003) constataram que a homofobia se torna mais saliente quando os homens não se identificam com as vítimas envolvidas e quando o incidente é descrito como envolvendo vítimas “*gay*”.

Alguns autores procuraram averiguar os factores que contribuem para esta reacção hostil e homofóbica à violação dos homens. Identificaram como factores preponderantes a reduzida simpatia com homens posicionados num papel não-dominante, assim como a crença de que os homens vítimas são homossexuais, com um estilo de vida pautado pelo envolvimento em sexo casual e indiscriminado (Scarce, 1997; West, 2000). Neste sentido, Davies (2002) considera que esta associação entre a violação dos homens e a homossexualidade pode ser uma maneira de os participantes expressarem a sua homofobia.

A percepção da violação masculina por parte dos homens parece, aliás, estar associada a uma combinação da masculinidade hegemónica (Kite & Whitley, 1996) com estratégias de distanciamento/defensividade emocional (Bell et al., 1994; Shaver, 1970). Por exemplo, Anderson e Doherty (2004) verificaram que os homens tendem a distanciar-se de certos incidentes de violação envolvendo vítimas homens, descrevendo-os em termos sexuais e homofóbicos, de modo a deixarem a sua masculinidade intacta e a negarem a possibilidade de se poderem tornar vítimas deste tipo de agressão. As autoras verificaram também que as crenças homofóbicas estavam positivamente correlacionadas com a atribuição de culpabilidade aos homens vítimas de violação e com a crença de que as vítimas sofrem um impacto menor se a penetração for uma prática sexual normal na sua vida (i.e., se o homem for homossexual), acreditando, portanto, que o trauma será maior para as vítimas que nunca experienciaram este tipo de contacto sexual.

Como tentativas de explicar esta diferente identificação de homens e mulheres com as vítimas de violação, têm ainda sido avançados os argumentos de que as mulheres têm maior probabilidade de ser agredidas sexualmente (DeKeseredy, Schwartz, & Trait, 1993; Koss, Gidycz, & Wisniewski, 1987) e o facto de estas experimentarem quotidianamente o medo de uma potencial violação (Verberg, 1998). Por outro lado, historicamente, as mulheres foram quase sempre as vítimas da violência, ao passo que os homens quase sempre encarnaram o papel de perpetradores.

Partindo deste pressuposto, Anderson (2007) considera que os homens têm um menor conhecimento sobre o fenómeno porque são menos vítimas, têm poucos amigos que o foram, os *media* são mais omissos no que respeita à violação dos homens do que à das mulheres e, conseqüentemente, este é um tema que raramente surge na sua interacção social. A autora entende, assim, que os homens, por possuírem menor conhecimento ou empatia para com as vítimas de violação, quando lhes é pedido para verbalizarem o que constitui uma “verdadeira violação” tendem a recorrer ao estereótipo da perpetração da agressão por um estranho – fazendo-o quer em relação à violação das mulheres quer em relação aos homens, por extrapolação de um cenário para outro. Em contrapartida, Anderson considera que é esperado que as mulheres conheçam melhor o fenómeno e, como tal, se identifiquem mais proximamente com as vítimas. Refere ainda que, dadas as mudanças que têm ocorrido na percepção da violação das mulheres, é esperado que as mulheres saibam que a violação por alguém conhecido é mais frequente do que por um estranho e tendam a incluir esta situação nas suas descrições, extrapolando este conhecimento para a violação dos homens.

No plano das implicações destes dados, salientamos que a não percepção deste tipo de violência como algo de grave tem consequências negativas extremas para a vítima, ao nível da sua recuperação (Kubany, Abueg, Owens, Brennan, Kaplan, & Watson, 1995), da denúncia do crime e da intervenção do sistema judicial, que acaba por passar a mensagem aos agressores de que a lei não pode punir as suas acções e, simultaneamente, contribui para o sentimento de insegurança e desamparo das vítimas (Freese et al., 2004; Koss, 1992). Tal torna-se particularmente significativo se considerarmos que estas vítimas, mais do que as de outros crimes graves, já tendem a silenciar a sua vitimação (Koss, 1992).

ESTUDOS REALIZADOS EM PORTUGAL

Etapas e objectivos

O primeiro estudo realizado com a ECVS teve por objectivo analisar as qualidades psicométricas da escala e decorreu durante o ano lectivo de 2007/2008. Um segundo estudo foi conduzido no ano lectivo de 2008/2009, já com a versão definitiva da escala, e com uma amostra

representativa de estudantes do ensino superior, residentes em Portugal Continental, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos de idade. Este segundo estudo permitiu-nos replicar, globalmente, as análises estatísticas anteriormente realizadas, no que se refere às propriedades psicométricas da escala, nomeadamente, no que diz respeito à sua precisão e validade, que apresentaremos mais adiante. De salientar que, ao longo deste artigo e para que o leitor possa acompanhar os diferentes passos realizados, iremos apresentar os resultados de ambos os estudos efectuados, ressaltando, contudo, os resultados do segundo estudo, dada a maior representatividade da amostra que lhe serve de base.

Amostras e metodologia

Tal como mencionado anteriormente, foi realizado um estudo piloto, com uma amostra de conveniência, composta por 700 sujeitos [319 Homens (45.6%) e 381 mulheres (54.4%)], com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos de idade [$M=20.01$; $DP=1.654$]. Esta amostra foi recolhida em quatro estabelecimentos de ensino superior da zona Norte do País.

O segundo estudo permitiu alargar esta amostra e torná-la mais representativa, abrangendo 1000 estudantes do ensino superior [462 Homens (46.2%) e 538 Mulheres, (53.8%)], com idades compreendidas entre os 18-24 anos de idade ($M=20.21$ anos de idade; $DP=1.72$). A amostra foi calculada segundo a informação disponibilizada pelo Observatório da Ciência e do Ensino Superior, derivada do tratamento dos resultados obtidos pelo inquérito estatístico anual DIMAS, controlando as variáveis: género, região do país (definidas de forma concordante com o que é definido pelo Instituto Nacional de Estatística, com base nos Censos para Portugal Continental, sendo este dimensionamento baseado no erro absoluto, com um grau de confiança de 95%) e diferentes áreas de formação (definidas de acordo com a Portaria nº 256/2005 de 16 de Março do *Diário da República*). Os quadros seguintes permitem analisar, de forma mais detalhada, os dados formativos e sociodemográficos que caracterizam os participantes deste segundo estudo (cf. Quadro 1 e 2).

QUADRO 1

Distribuição dos participantes segundo as suas características sociodemográficas (N=1000)

		<i>N</i>	% face ao total da amostra
<i>Características sociodemográficas</i>			
Género	Feminino	462	46.2
	Masculino	538	53.8
Estado civil	Solteiro	991	99.1
	União de facto	9	0.9
Nível socioeconómico	Baixo	13	1.3
	Médio-Baixo	180	18.0
	Médio	634	63.4
	Médio-Alto	167	16.7
	Elevado	6	0.6
Zona Portugal Continental	Norte	315	31.5
	Centro	219	21.9
	Lisboa e Vale do Tejo	387	38.7
	Alentejo	49	4.9
	Algarve	30	3.0

QUADRO 2

Distribuição dos participantes segundo as suas características formativas (N=1000)

		N	% face ao total da amostra
Áreas de formação	Educação	61	6.1
	Artes e humanidades	84	8.4
	Ciências sociais, comércio e direito	329	32.9
	Ciências, matemática e informática	73	7.3
	Engenharias, Indústrias transformadoras e construção	219	21.9
	Agricultura	20	2.0
	Saúde e Protecção Social	158	15.8
	Serviços	56	5.6
Áreas de formação	1º Ano	362	36.2
	2º Ano	318	31.8
	3º Ano	231	23.1
	Mestrado e Mestrado Integrado	60	6.0
	Doutoramento	29	2.9

Dados qualitativos e quantitativos dos itens

A escala é composta por 30 itens, apresentados com uma escala de resposta de cinco pontos (desde 1=discordo totalmente até 5=concordo totalmente). Nenhum dos itens foi eliminado, uma vez que todos se mostraram adequados do ponto de vista da validade de conteúdo, da dispersão e do poder discriminativo.

Resultados no âmbito da precisão

A escala, na sua versão final, é constituída por trinta itens. Os itens apresentam uma correlação com a pontuação total da escala que varia entre 0.397 e 0.796. A consistência interna da escala, obtida através do coeficiente *alpha* de cronbach é, segundo os dados recolhidos no estudo piloto, de 0.905 e, no segundo estudo, de 0.908. Trata-se, por conseguinte, de uma escala com elevado grau de consistência interna.

Resultados relativos à validade

Na análise da estrutura factorial dos resultados, optámos pela análise da ECVS em componentes principais com rotação *varimax*. Os resultados apontam para a existência de cinco factores que, no seu conjunto, explicam 48.602% da variância dos resultados no primeiro estudo e 48.896% no segundo.

As análises estatísticas efectuadas às escalas da ECVS revelam valores de adequação para o índice de Kaiser-Meyer-Olkin (de 0.921 no primeiro estudo e de 0.929 no segundo). O teste de esfericidade de Bartlett também apresenta valores adequados em ambos os estudos (nomeadamente $\chi^2=6591.634$; gl=435; $p=0.000$ no que se refere ao primeiro e $\chi^2=9433.568$; gl=435; $p=0.000$ no segundo).

De salientar que a estrutura factorial obtida no primeiro estudo foi reproduzida no segundo, tal como será descrito de seguida. Mais especificamente, verificámos que o factor 1 explica 13.492% da variância comum, no primeiro estudo, e 14.197% no segundo. A análise dos itens que o integram (em particular 2, 6 e 22), de acordo com a respectiva saturação, levou-nos a concluir

que este integra um conjunto de crenças que legitimam ou minimizam a violência sexual mediante a referência à existência de um passado sexual entre ofensor e vítima e à ausência de violência física durante o acto sexual praticado. Denominámos este factor de “representação estereotipada da violação” (cf. Quadro 3).

QUADRO 3

Itens que integram o factor 1 e respectiva saturação

Saturação	Estudo piloto	Estudo representativo
Factor 1: Itens		
2 – “Se uma pessoa já tiver mantido antes relações sexuais com a outra, então não se pode falar de violência sexual”.	0.611	0.590
6 – “Forçar o(a) cônjuge (marido/esposa) a ter relações sexuais não é violação”.	0.684	0.657
9 – “Se não for usada violência física, não se pode dizer que o acto sexual foi forçado”.	0.448	0.480
15 – “Os agressores sexuais, na sua maioria, são pessoas com um aspecto diferente das outras”.	0.324	0.397
16 – “Se uma pessoa não agredir fisicamente nem magoar a outra, então, a agressão sexual é pouco grave”.	0.407	0.479
21 – “Se uma pessoa violada tiver um comportamento sexual «indecente», então, a agressão sexual é menos grave”.	0.450	0.446
22 – “Forçar o(a) namorado(a) a ter relações sexuais não é violação”.	0.735	0.719
23 – “Uma queixa de violação feita dias após o acto, provavelmente, não é verdadeira”.	0.535	0.586
24 – “Uma pessoa pressionar a outra para ter relações sexuais pode ser uma forma de expressar amor e envolvimento”.	0.441	0.452
25 – “Se uma pessoa não resistir fisicamente, então, não se pode dizer que foi vítima de agressão sexual”.	0.528	0.555
28 – “Se uma pessoa aceita algum acto de natureza sexual com outra (e.g., carícias, beijos), então, isso quer dizer que ela aceita ter relações sexuais com essa pessoa”.	0.493	0.509
29 – “Se uma pessoa não quiser mesmo ser violada, ela consegue defender-se”.	0.475	0.494

O factor 2 explica 10.741% da variância comum no primeiro estudo e 10.794% no segundo. Os itens que o integram, em particular os que nele têm maior peso e lhe são específicos (e.g., 13, 26 e 27), criam a noção de que a violência poderá ser justificável em função de certas condutas da vítima. Por outras palavras, permitem a legitimação ou minimização da violência sexual através do comportamento prévio da vítima, quer no que toca ao seu passado sexual (e.g., provocatório ou sexualizado, promíscuo) quer no que respeita à sua exposição a situações de risco (e.g., frequentando locais com má reputação ou consumindo estupefacientes). O comportamento sexual prévio da vítima parece ser interpretado como evidência de que a agressão sexual não existiu ou foi menos grave. De igual modo, a exposição ao risco, parece ser interpretada como evidência de que a vítima merece ou detém parte da culpa da agressão. Designámos este factor de “provocação da vítima” (cf. Quadro 4).

O factor 3 explica 8.650% da variância comum no primeiro estudo e 9.070% no segundo. A análise dos itens que o integram (em particular o 17, 18 e 19), de acordo com a respectiva saturação no factor, levou-nos a concluir que este integra um conjunto de crenças que legitimam a violência sexual com base na ideia de que a vítima consente ou induz a relação sexual, desejando-a e sentindo prazer com a mesma. Denominámos este factor de “consentimento da vítima” (cf. Quadro 5).

QUADRO 4

Itens que integram o factor 2 e respectiva saturação

Saturação	Estudo piloto	Estudo representativo
Factor 2: Itens		
8 – “ <i>Há um certo ponto a partir do qual nenhum homem/nenhuma mulher é de ferro</i> ”.	0.483	0.526
11 – “ <i>Se uma pessoa provoca sexualmente outra, não se pode depois queixar de ter sido violada</i> ”.	0.498	0.503
13 – “ <i>Se uma pessoa se expõe (por exemplo, saindo à noite sozinha ou frequentando locais com má reputação), a culpa é sua, se for vítima de uma agressão sexual</i> ”.	0.726	0.706
26 – “ <i>Quem anda à chuva molha-se</i> ”, quem não quiser ser agredido sexualmente deve evitar expor-se ao risco.	0.714	0.684
27 – “ <i>Se uma pessoa é violada quando está alcoolizada e/ou sob efeito de outras drogas, então, pelo menos uma parte da culpa é dela</i> ”.	0.624	0.645

QUADRO 5

Itens que integram o factor 3 e respectiva saturação

Saturação	Estudo piloto	Estudo representativo
Factor 3: Itens		
10 – “ <i>Quando as mulheres dizem não (ao sexo), muitas vezes, querem dizer sim</i> ”.	0.369	0.427
17 – “ <i>Algumas pessoas têm prazer sexual quando são violadas</i> ”.	0.745	0.733
18 – “ <i>Algumas pessoas têm o desejo secreto de ser violadas e gostariam que tal acontecesse</i> ”.	0.810	0.796
19 – “ <i>Há mulheres que gostam que os homens usem um pouco de força para as convencer a ter sexo</i> ”.	0.733	0.731

O factor 4 explica 8.322% da variância comum no primeiro estudo e 7.579% no segundo. A análise dos itens que o integram, de acordo com a respectiva saturação, levou-nos a concluir que este engloba um conjunto de crenças que legitimam ou minimizam a violência sexual mediante a ideia de que os ofensores e as vítimas deste tipo de violência possuem características que os tornam diferentes da restante população, criando noção de “falsa invulnerabilidade”. Designámos este factor de “falsa noção de invulnerabilidade pessoal” (cf. Quadro 6).

O factor 5 explica 7.397% da variância comum no primeiro estudo e 7.256% no segundo. Os itens que o integram (em particular o 14 e o 20) criam a noção de que a violência poderá ser minimizada/desvalorizada mediante a negação da ocorrência da violência sexual, a interpretação

de que as queixas de violação ou tentativa de violação constituem sinais de arrependimento pós-facto ou vontade de vingança. Denominámos este factor de “falsas alegações” (cf. Quadro 7).

QUADRO 6

Itens que integram o factor 4 e respectiva saturação

Saturação	Estudo piloto	Estudo representativo
Factor 4: Itens		
1 – “Os agressores são, quase sempre, desconhecidos da vítima”.	0.584	0.597
3 – “Só são vítimas de agressões sexuais as pessoas «indecentes»”.	0.505	0.519
4 – “Só as pessoas que não conseguem arranjar parceiros(as) é que cometem agressões sexuais”.	0.630	0.654
7 – “Há pessoas que merecem ser violadas”.	0.518	0.480
30 – “Se uma pessoa violada já não era virgem, a violação é menos grave”.	0.490	0.437

QUADRO 7

Itens que integram o factor 5 e respectiva saturação

Saturação	Estudo piloto	Estudo representativo
Factor 5: Itens		
5 – “As pessoas dizem que foram vítimas de violência sexual quando se querem vingar de alguém”.	0.588	0.557
12 – “A maioria das queixas de violação é falsa ou exagerada”.	0.550	0.540
14 – “Muitas queixas de violação são inventadas quando os(as) companheiros(as) expressam o desejo de terminar a relação”.	0.667	0.657
20 – “Muitas queixas de violação são inventadas quando as pessoas se arrependem do que fizeram”.	0.632	0.634

Procedimentos de aplicação e correcção

A escala pode ser administrada individualmente ou em grupo, sem tempo limite. Os itens são cotados de um a cinco e, uma vez que estão todos formulados no mesmo sentido, a pontuação total da escala é obtida pelo somatório directo das respostas a cada um dos itens. Pode ainda ser calculada a nota para cada factor, pela soma da pontuação dos itens que o integram.

INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A pontuação total da escala mede o grau de tolerância/aceitação do sujeito quanto ao uso da violência sexual. A pontuação em cada um dos factores permite-nos perceber melhor o tipo de crenças específicas envolvidas nesta tolerância à violência.

CONCLUSÃO

Este trabalho tinha como objectivo validar a ECVS na população de estudantes universitários, esperando, desta forma, constituir uma mais valia na investigação na área da violência sexual. Esperamos, assim, ter contribuído para validar um instrumento que futuramente possa permitir uma avaliação mais adequada das atitudes face à violência sexual, permitindo o desenvolvimento de acções de prevenção e intervenção mais eficazes.

Resumindo, a escala apresentada representa um esforço de medida da tolerância face à violência sexual e de compreensão dos factores envolvidos na justificação da mesma. Os resultados do estudo das características psicométricas do instrumento revelam valores bastante satisfatórios ao nível da precisão e da validade. De destacar que, apesar de a amostra utilizada no segundo estudo ser razoavelmente alargada e representativa dos estudantes do ensino superior no que respeita ao género, área de formação e zona de Portugal continental, seria importante que investigações futuras nesta área sejam feitas com outras populações.

REFERÊNCIAS

- Anderson, I. (1999). Characterological and behavioural blame in conversations about female and male rape. *Journal of Language and Social Psychology, 18*, 377-394.
- Anderson, I. (2004). Explaining negative rape victim perception: Homophobia and the male rape victim. *Current Research in Social Psychology, 10*, 44-57.
- Anderson, I. (2007). What is a typical rape? Effects of victim and participant gender in female and male rape perceptions. *British Journal of Social Psychology, 46*, 225-245.
- Anderson, I., & Doherty, K. (2004). Making sense of male rape: Constructions of gender, sexuality and experience of rape victims. *Journal of Community and Applied Social Psychology, 14*, 85-103.
- Anderson, I., Beatti, G., & Spencer, C. (2001). Can blaming victims of rape be logical? Attribution theory and discourse analytic perspectives. *Human Relations, 54*, 453-475.
- Bell, R., Kuriloff, P., & Lottes, I. (1994). Understanding attributions of blame in stranger rape and date rape situations: An examination of gender, race, identification, and student's social perceptions of rape victims. *Journal of Applied Social Psychology, 14*, 1719-1734.
- Brady, E., Chrisler, J., Hosdale, D., Osowiecki, D., & Veal, T. (1991). Date rape: Avoidance strategies, and attitudes toward victims. *Journal of Social Psychology, 131*, 417-429.
- Bridges, J. (1991). Perceptions of date rape and stranger rape: A difference in sex role expectations and rape-supportive beliefs. *Sex Roles, 24*, 291-307.
- Bridges, S., & McGrail, A. (1989). Attributions of responsibility for date and stranger rape. *Sex Roles, 21*, 273-287.
- Brownmiller, S. (1975). *Against our will: Men, women, and rape*. New York: Bantam.
- Burt, R. (1980). Cultural myths and supports for rape. *Journal of Personality and Social Psychology, 38*, 217-230.
- Burt, D., & De Mello, L. (2002). Attribution of rape blame as a function of victim gender and sexuality, and perceived similarity to the victim. *Journal of Homosexuality, 43*, 39-58.
- Carmody, D., & Washington, L. (2001). Rape myths acceptance among college women. *Journal of Interpersonal Violence, 16*, 424-437.

- Davies, M. (2002). Male sexual assault victims: A selective review of the literature and implications for support services. *Aggression and Violent Behavior, 7*, 203-214.
- Davies, M., & McCartney, S. (2003). Effects of gender sexuality on judgments of victim blame and rape myth acceptance in a depicted male rape. *Journal of Community and Applied Social Psychology, 13*, 391-398.
- Davies, M., Pollard, P., & Archer, J. (2001). The influence of victim gender and sexual orientation on judgments of the victim in a depicted stranger rape. *Violence and Victims, 16*, 607-619.
- DeKeseredy, W., Schwartz, M., & Trait, K. (1993). Sexual assault and stranger aggression on a Canadian university campus. *Sex Roles, 28*, 263-277.
- Doherty, K., & Anderson, I. (1998). Talking about rape: Perpetuating rape supportive culture. *Psychologist, 11*, 583-587.
- Donnelly, D., & Kenyon, S. (1996). Honey, we don't do men: Gender stereotypes and the provision of services to sexually assaulted males. *Journal of Interpersonal Violence, 11*, 441-448.
- Du Mont, J., Miller, K., & Myhr, T. (2003). The role of "real rape" and "real victim" stereotypes in the police reporting practices of sexually assaulted women. *Violence Against Women, 9*, 466-486.
- Estrich, S. (1987). *Real Rape*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Feltey, K., Ainslie, J., & Geib, A. (1991). Sexual Coercion attitudes among high school students: The influence of gender and rape education. *Youth and Society, 23*, 229-250.
- Ferreira, C. (2004). O discurso dos juizes sobre a violação. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça. Braga: Universidade do Minho.
- Freese, B., Moya, M., & Megias, J. (2004). Social perception of rape: How rape myth acceptance modulates the influence of situational factors. *Journal of Interpersonal Violence, 9*, 143-161.
- Gavey, N. (2005). *Just Sex? The cultural scaffolding of rape*. New York: Routledge.
- Geiger, B., Fisher, M., & Eshet, Y. (2004). Date-rape-supporting and victim-blaming attitudes among high school students in a multi-ethnic society. *Journal of Interpersonal Violence, 19*, 406-607.
- Golge, B., Yavuz, F., Muderrisoglu, S., & Yavuz, S. (2003). Turkish University Student's Attitudes Toward Rape. *Sex Roles, 49*, 653-662.
- Hinck, S., & Thomas, R. (1999). Rape myth acceptance in college students: How far have we come? *Sex Roles, 40*, 815-832.
- Isely, P., & Gehrenbeck-Shim, D. (1997). Sexual assault of men in the community. *Journal of Community Psychology, 25*, 159-166.
- Jiminez, J., & Abreu, J. (2003). Race and sex effects on attitudinal perceptions of acquaintance rape. *Journal of Counseling Psychology, 50*, 252-256.
- Kassing, L., & Prieto, L. (2003). The rape myth and blame-based of counselors-in-training toward male victims of rape. *Journal of Counseling and Development, 81*, 455-462.
- Kite, M., & Whitley, B. (1996). Sex differences in attitudes toward heterosexual persons behaviors and civil rights: A meta-analysis. *Personality and Social Psychology Bulletin, 22*, 336-353.
- Koss, M. (1992). The underdetection of rape: Methodological choices influence incidence estimates. *Journal of Social Issues, 48*, 61-75.
- Krahé, B. (1991). Social psychology issues in the study of rape. *European Review of Social Psychology, 2*, 279-309.
- Krahn, A. (2004). Calling it rape: Differences in experiences of women who do or do not label their sexual assault as rape. *Psychology of Women Quarterly, 27*, 233-242.

- Koss, M., Gidycz, C., Wisniewski, N. (1987). The scope of rape: Incidence and prevalence of sexual aggression and victimization in a national sample of higher education students. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 55*, 162-170.
- Kubany, E., Abueg, F., Owens, J., Brennan, J., Kaplan, A., & Watson, S. (1995). Initial examination of a multidimensional model of trauma related guilt: Applications to combat veterans and battered women. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment, 17*, 353-376.
- Larcombe, W. (2002). The “ideal victim vs. successful rape complainants: Not what you might expect”. *Feminist Legal Studies, 10*, 131-148.
- Lonsway, K., & Fitzgerald, L. (1994). Rape myths: In review. *Psychology of Women Quarterly, 18*, 133-164.
- Machado, C., Gonçalves, M., & Matos, M. (no prelo). Escala de Crenças sobre Violação. Braga: Universidade do Minho.
- McDonald, T., & Kline, L. (2004). Perceptions of appropriate punishment for committing date rape. Male college students recommend lenient punishment. *College Student Journal, 38*, 44-56.
- Mitchell, D., Hirschman, R., & Hall, N. (1999). Attributions of victim responsibility, pleasure and trauma in male rape. *Journal of Sex Research, 36*, 369-373.
- Monson, C., Byrd, G., & Langhinrichsen-Rohling, J. (1996). To have and to hold. Perceptions of marital rape. *Journal of Interpersonal Violence, 15*, 1156-1174.
- Monson, C., Langhinrichsen-Rohling, J., & Biderup, T. (2000). Does “no” really mean “no” after you say “yes”? Attributions about date and marital rape. *Journal of Interpersonal Violence, 15*, 1156-1174.
- Nagel, B., Matsuo, H., McIntyre, K., & Morrison, N. (2005). Attitudes toward victims of rape: Effects of gender, race, religion, and social class. *Journal of Interpersonal Violence, 20*, 725-737.
- Ong, A., & Ward, C. (1999). The effects of sex and power schemas, attitudes toward women, and victim resistance on rape attributions. *Journal of Applied Social Psychology, 29*, 362-376.
- Orcutt, J., & Faison, R. (1988). Sex-role attitude change and reporting of rape victimization, 1973-1985. *Sociological Quarterly, 29*, 589-605.
- Perry, L., McLondon, K., & Foley, L. (1994). Male and female perceptions of date rape. *Journal of Social Behavior and Personality, 9*, 421-428.
- Proite, R., Dannells, M., & Benton, S. (1993). Gender, sex-role stereotypes, and attribution of responsibility for date and acquaintance rape. *Journal of College Student Development, 34*, 411-417.
- Rozee, P., & Koss, M. (2001). Strategies and dispositional correlates of sexual coercion perpetrated by women: An exploratory investigation. *Sex Roles, 45*, 103-115.
- Ryan, K. (1988). Rape and seduction scripts. *Psychology of Women Quarterly, 12*, 237-245.
- Ryckman, R., Kaczor, L., & Thornton, B. (1992). Traditional and non-traditional women’s attributions of responsibility to physically resistive and nonresistive rape victims. *Journal of Applied Social Psychology, 22*, 1453-1463.
- Scarce, M. (1997). *Male and male-rape: The hidden toll of stigma and shame*. New York and London: Plenum Press.
- Shaver, K. G. (1970). Defensive Attribution: Effects of severity and relevance on the responsibility assigned for an accident. *Journal of Personality and Social Psychology, 14*, 101-113.
- Struckman-Johnson, C., & Struckman-Johnson, D. (1992). Acceptance of male rape myths among college men and women. *Sex Roles, 27*, 85-100.

- Struckman-Johnson, C., & Struckman-Johnson, D. (1999). The dynamics and impact of sexual coercion of men by women. In P. Anderson & C. Struckman-Johnson (Eds), *Sexually aggressive women: Current perspectives and controversies* (pp. 121-143). New York: Guilford.
- Sullivan, J., & Mosher, D. (1990). Acceptance of guided imagery of marital rape as a function of macho personality. *Violence and Victims, 5*, 275-286.
- Szymanski, L., Devlin, A., Chrisler, J., & Vyse, S. (1993). Gender role and attitudes toward rape in male and female college students. *Sex Roles, 29*, 37-57.
- Verberg, N. (1998). Fear of rape. *Journal of Human Sexuality, 5*, 161-173.
- Verberg, N., Desmarais, S., Wood, E., & Senn, C. (2000). Gender differences in survey respondent's written definitions of date rape. *Canadian Journal of Human Sexuality, 9*, 181-191.
- Vrij, A., & Kirby, E. (2002). Sex differences in interpreting male-female dyad interactions: Male's predominance in perceiving sexual intent. *International Review of Victimology, 9*, 289-297.
- William, V., & Pollard, P. (2003). Likelihood of acquaintance rape as a function of male's sexual expectations, disappointment, and adherence to rape-conductive attitudes. *Journal of Social and Personal Relationships, 20*, 637-661.
- West, M. (2000). Homophobia: Covert and overt. In G. Mezey & M. King (Eds.), *Male victims of sexual assault*. Oxford: Oxford University.
- Wood, L., & Rennie, H. (1994). Formulating rape: The discursive construction of victims and villains. *Discourse and Society, 5*, 125-148.
- Zweing, J., Barber, B., & Eccles (1997). Sexual coercion and well-being in young adulthood: Comparisons by gender and college students. *Journal of Interpersonal Violence, 12*, 291-308.

The dominant culture sends out powerful messages about rape, sex and violence. Many studies postulated that conceptions of what events constitute sexual violence are influenced by the attitudes of those in their immediate social network. Sexist attitudes and rape-supporting beliefs have long been linked to relationship aggression and sexual violence. Attitudes toward sexual violence seem to be linked to traditional gender-role stereotypes, in particular those related to sexual behavior. The ECVS measures the degree to which a person sustains false information about sexual violence (false beliefs about sexual violence that are used to justify sexual violence and trivialize its effects on the victims). High scores indicate that a person is more tolerant to sexual violence. The ECVS was administered to a national sample of 1,000 university students. The psychometric properties of the ECVS were examined. Using principal components analysis we presented five independent factors. The scale has an alpha coefficient (internal consistency reliability) of .91. The implications of these findings are discussed in terms of the ability of the ECVS to detect attitudes and beliefs associated with sexual violence and to subsequently develop appropriate educational and intervention programs to address and ultimately prevent sexual aggression.

Key-words: Attitudes and rape-supporting beliefs, Rape myths, Sexual violence.

